

Ata N.º	22/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 22/2016 DE 04 DE NOVEMBRO

Aos **quatro** dias do mês de **novembro** do ano de **dois mil e dezasseis**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima segunda reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência, e a Sr.^a Dr.^a Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita, datada e registada em dois de novembro de 2016, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pelo Assistente Técnico Sr. Vitor Manuel Ferreira Marques.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Não foram abordados quaisquer assuntos no período antes da ordem do dia. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 – Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia vinte e oito de outubro de 2016**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Concurso Público para a execução da Empreitada de “Remodelação da ETAR de Vila Nova de Paiva” (Processo n.º 287) – Adjudicação por deliberação da Câmara Municipal na reunião ordinária de 21 de outubro de 2016** - Apresentação dos documentos de habilitação e caução – Aprovação da minuta do contrato da empreitada – Informação n.º A-46/2016, de 04 de novembro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, após conhecimento da apresentação em boa forma pela firma adjudicatária Lopes & Irmãos, Lda, de Aguiar da Beira, dos documentos de habilitação e da caução exigida para o cumprimento das obrigações contratuais, aprovar a contratação da empreitada e a respetiva minuta do contrato administrativo da empreitada, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a) Sucessobinário, S.A, com sede em Vila Nova de Paiva** – Por requerimento registado em 08 de abril de 2016 solicita aprovação do projeto da ampliação de um pavilhão industrial destinado à produção de mobiliário em aço para a indústria médica, sito no Lugar de Vale do Forno, na vila de Vila Nova de Paiva, da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas – Parecer Jurídico n.º 149, de 09 de agosto de 2016, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Centro – Decisão de aprovação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações e depois de analisado o projeto de ampliação pretendido e de acordo com o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto da ampliação pretendida do referido pavilhão industrial, visto tal ampliação não representar qualquer estorvo ou perigo para o trânsito normal da via de circulação onde se situa o pavilhão. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Autorização prévia genérica de assunção de compromissos plurianuais para o ano de 2017 no âmbito da LCPA (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso).** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 28 de outubro de 2016, do seguinte teor integral:-----

Ata N.º	22/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

“Considerando que:

a) De acordo com o disposto no n.º 1, conjugado com o n.º 6, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou em anexo o Código dos Contratos Público (CCP), a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargos plurianuais, isto é, a encargos orçamentais em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de bens e serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

i) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, como é o caso das Grandes Opções do Plano (GOP) nos Municípios; ou

ii) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (20.000 contos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

b) Acontece, porém, que a alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, designada por Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (doravante LCPA), estabelece que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita aos municípios, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

c) Por sua vez, o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, que regulamenta a citada LCPA, vem dispor, no que diz respeito aos municípios, que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela Assembleia Municipal poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP), excetuando-se os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa.

d) Como por força do art.º 13.º da LCPA, o disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da mesma LCPA, prevalece sobre o referido n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para o ano de 2017 há necessidade de solicitar a referida

autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no n.º 1 daquele art.º 22.º.

Assim, face ao exposto, e por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do setor público administrativo, sendo um procedimento já adotado neste Município nos exercícios transatos, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta nos termos que se seguem:

1.º – Para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, que seja dada autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor; ou

b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2.º – A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá ter lugar quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na LCPA, e respetiva regulamentação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3.º – A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, dentro dos limites legais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 que antecede, até ao montante permitido por lei no âmbito do regime de contratação pública.

4.º – O regime de autorização prévia ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2 que antecedem a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2017.

5.º – Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser apresentada pelo Presidente da Câmara informação sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

6.º – A presente deliberação deverá ser submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.”

Ata N.º	22/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **b) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** – Fixação da taxa de IMI dos prédios urbanos e das deduções fixas dos prédios urbanos de sujeitos passivos com dependentes a cargo, para vigorarem em 2017. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 31 de outubro de 2016, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. O art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (doravante CIMI), aprovado no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na redação atual, estabelece o valor das taxas do IMI aplicáveis aos prédios urbanos para vigorarem no ano seguinte, que atualmente, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do referido art.º 112.º, variam de 0,3% a 0,45%.

2. Nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do referido art.º 112.º, em conjugação com a alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios, por deliberação da assembleia municipal sob proposta da câmara municipal, definem anualmente o valor das taxas do IMI aplicáveis aos prédios urbanos para vigorarem no ano seguinte, de entre os limites acima referidos, podendo as taxas ser fixadas por freguesia.

3. O designado “IMI Familiar” nos termos criados pelo n.º 13 do art.º 112.º do CIMI, aditado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015), que vigorava desde 1 de janeiro de 2015, e adotado neste Município para o ano económico em curso, foi expressamente revogado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento do Estado para 2016).

4. Através do art.º 112.º-A do CIMI aditado pela referida Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, aquele “IMI Familiar” foi reconfigurado, passando a dispor-se nos n.ºs 1, 4 e 5 do referido artigo 112.º-A, conjugado com a alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º do RJAL, que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, podem fixar reduções ao IMI que vigorar para o ano a que respeita o imposto, a aplicar a prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, quando nele estiver fixado o respetivo domicílio fiscal, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no art.º 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, nos seguintes termos: uma

dedução fixa no valor de € 20,00, no caso de um dependente a cargo, uma dedução fixa de € 40,00, no caso de dois dependentes a cargo, e uma dedução fixa de € 70,00, havendo três ou mais dependentes a cargo.

5. De acordo com o disposto no n.º 6 do art.º 112.º-A do CIMI, em 13 de setembro a Autoridade Tributária e Aduaneira (doravante AT) comunicou por correio eletrónico o número de agregados familiares com um, dois e três ou mais dependentes, com domicílio fiscal em prédio destinado a habitação própria e permanente situado na área territorial deste Município (estimados com base na Declaração Modelo 3 de IRS de 2015), e ainda a informação relativa ao Valor Patrimonial Tributário (VPT) dos prédios em causa, desagregado por número de dependentes, bem como a coleta correspondente, com referência ao ano de 2015, que tem em consideração as isenções de IMI vigentes em 2015 bem como a redução de taxa então prevista no n.º 13 do art.º 112.º do CIMI comunicada por este Município à AT. A informação transmitida foi a seguinte:

<i>Número de dependentes a cargo</i>	<i>Número de agregados familiares</i>	<i>Valor Patrimonial Tributário (VPT) dos prédios</i>	<i>Coleta de IMI de 2015</i>
<i>1</i>	<i>159</i>	<i>€ 8.987.976,33</i>	<i>€ 16.858,55</i>
<i>2</i>	<i>159</i>	<i>€ 10.080.404,89</i>	<i>€ 19.657,14</i>
<i>3 ou mais</i>	<i>17</i>	<i>785.763,69</i>	<i>€ 889,82</i>

6. Na sua origem, a criação do “IMI Familiar” pretendeu, por um lado, atenuar a redução dos rendimentos das famílias, e, por outro lado, combater uma crise demográfica grave decorrente da muito baixa taxa natalidade, pelo que se julga ser de continuar a manter a redução do IMI dos prédios urbanos de sujeitos passivos com dependentes a cargo, agora nos termos do n.º 1 do art.º 112.º-A do CIMI.

7. De acordo com o n.º 14 do art.º 112.º do CIMI, as deliberações da assembleia municipal devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas na alínea c) do n.º 1 artigo 112.º, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibere submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º, do mesmo regime, a seguinte proposta:

Ata N.º	22/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

a) *Fixação da taxa do IMI para vigorar na área do Município de Vila Nova de Paiva no ano de 2017, pela taxa mínima prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 112.º do CIMI, ou seja, a taxa de 0,3%.*

b) *Fixar as seguintes deduções fixas do IMI para vigorar no ano de 2017, ao abrigo e nos termos do n.º 1 do art.º 112.º-A do CIMI, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a aplicar a prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, quando nele estiver fixado o respetivo domicílio fiscal, atendendo ao número de dependentes:*

- Dedução fixa do IMI em € 20,00, no caso de um dependente a cargo;*
- Dedução fixa do IMI em € 40,00, no caso de dois dependentes a cargo; e*
- Dedução fixa do IMI em € 70,00, no caso de três ou mais dependentes a cargo.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- **c) Renovação de medidas excecionais de estímulo ao desenvolvimento das atividades económicas, ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos no âmbito das operações urbanísticas, para o ano de 2017.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 31 de outubro de 2016, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. Por forma a apoiar o desenvolvimento das atividades económicas, o consumo privado e o investimento dos agentes económicos no âmbito das operações urbanísticas, desde 2013 que este Município criou medidas excecionais de estímulo que se traduzem na redução, para metade, do valor das taxas urbanísticas constantes do Anexo II (Tabela de Taxas Urbanísticas) ao Regulamento n.º 890/2010, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, com as alterações que lhe foram introduzidas, à exceção das taxas previstas nos capítulos I e XXII, e na redução para 10% do agravamento de taxas a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º do mesmo Regulamento, que têm vindo a ser renovadas anualmente por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

2. Para o ano de 2016 aquelas medidas foram renovadas por deliberação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, tomada na sessão ordinária que teve lugar no dia 27 de novembro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária realizada no dia 6 de novembro de 2015, publicada através do

Edital n.º 1.126/2015 na 2.ª Série do Diário da República n.º 244, de 15 de dezembro de 2015, em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

3. Em 31 de dezembro de 2016 caducam aquelas medidas excecionais, cuja despesa fiscal no ano em curso se estima no montante aproximado de vinte mil euros, o que equivale a uma poupança de idêntico valor para os agentes económicos.

4. Importa ainda no contexto da atual conjuntura socioeconómica, e ao nível da economia local, equacionar a renovação de tais medidas excecionais, por forma a continuar a dar algum estímulo ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos, bem como ao desenvolvimento das atividades económicas.

5. A Assembleia Municipal é o órgão com competência regulamentar para a criação de taxas municipais, bem como para a fixação dos respetivos quantitativos, como estipula o n.º 1 do art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, conjugado com alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º do atual regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competindo à Câmara Municipal a elaboração e submissão das mesma à aprovação daquele órgão deliberativo como estabelece a alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do mesmo regime.

Nesta conformidade, ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 7, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta, para submissão à apreciação da Assembleia Municipal ao abrigo alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º da mesma lei, nos termos que se seguem:

1.º) Autorizar a redução para dez por cento, do agravamento de taxas a que se refere o n.º 2 do art.º 31.º do Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010, a aplicar nos processos de operações urbanísticas requeridos a partir de 1 de janeiro de 2017, e durante todo este ano.

2.º) Autorizar a redução, para metade, do valor das taxas constantes do Anexo II (Tabela de Taxas Urbanísticas) ao Regulamento n.º 890/2010, à exceção das taxas previstas nos capítulos I e XXII, a aplicar nos processos de operações urbanísticas requeridos a partir de 1 de janeiro de 2017, e durante todo este ano.”

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

Ata N.º	22/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- **d) Abaixo-Assinado de Pais e Encarregados de educação de alunos do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva**, registado em 24 de outubro de 2016, solicitando a inclusão do prolongamento de horário dos alunos do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva inscritos no ano letivo de 2016/2017 nas Componentes de Apoio à Família (CAF) - Informação n.º 105-USC-2016, de 25 de outubro de 2016, da Unidade Social e Cultural (USC) da Câmara Municipal. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Perante o facto da Casa do Povo de Vila Nova de Paiva ter cessado as atividades de ATL, o executivo tomou conhecimento do abaixo-assinado, devendo ser desencadeadas as medidas necessárias para salvaguarda do prolongamento de horário dos alunos do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva. -----

----- **e) V Concurso – Natal nas Rotundas 2016** – Informação n.º 27/ST/CF/16, de 04 de outubro de 2016, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o regulamento do concurso e autorizar a concessão de prémios monetários, sendo de duzentos euros para o primeiro prémio, cento e cinquenta euros para o segundo, cento e vinte e cinco euros para o terceiro, setenta e cinco euros para o quarto e cinquenta euros para os quinto e sexto prémios. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas e vinte minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----
